

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ:
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

VOLUME 3

TERRITÓRIOS E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E NA BAHIA

EVERALDO RODRIGUES MOTA JÚNIOR



EDIFBA
Editora do IFBA



DPAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis





**TERRITÓRIOS E POVOS INDÍGENAS
NO BRASIL E NA BAHIA**



Luzia Matos Mota
Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva
Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis
Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire
Secretária Executiva



CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito
Deise Danielle Neves Dias Piau
Durval de Almeida Souza
Fabrício Menezes Ramos
Guillermo Alberto Lopez
Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho
Manoel Nunes Cavalcanti Junior
Mariana Rocha Santos Costa
Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos
Catarina Ferreira Silveira
Eliana Evangelista Batista
Flávio de Ligório Silva
Maurício Andrade Nascimento
Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza
Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis
Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta
Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos
**Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/
DPAF/DPAAE**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa
Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo
Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza
Diretora



EXPEDIENTE:

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Morais

Edson Machado de Brito

Eliane Silvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

EVERALDO RODRIGUES MOTA JÚNIOR

TERRITÓRIOS E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E NA BAHIA

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 3

Salvador

2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Foto: Cigana Vida / Pixabay. Direito de uso autorizado.

I23 IFBA. Diretoria de políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Territórios e Povos Indígenas no Brasil e na Bahia / Texto de Everaldo Rodrigues Mota Júnior/ DPAAE. – Salvador: EDIFBA, 2023.

51 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 3).

E-Book.

ISBN: 978-65-88985-17-5

1. Povos Indígenas. 2. História – Cultura. 3. Brasil. I. Everaldo Rodrigues Mota Júnior. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE. III. Territórios e Povos Indígenas no Brasil e na Bahia. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 3.

CDU 94(81):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^a. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^a. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Silvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestra Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

O AUTOR DESTE CADERNO:



EVERALDO RODRIGUES MOTA JÚNIOR

Graduado em Geografia (2020) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina (2022). Experiência em geografia agrária e cartografia em estudos de contextos ambientais de terras indígenas e transformações no uso e cobertura da terra.

E-mail: everaldo.leandro@hotmail.com

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PINDORAMA	16
INTRODUÇÃO AO CADERNO	17
1 PINDORAMA.....	17
1.1 Territorialidades originárias	17
1.2 Ancestralidade, poder e resistência.....	19
1.3 Pré-Brasil.....	21
1.4 Aos Brasileiros	23



CAPÍTULO 2

TERRAS INDÍGENAS: DIREITO E DIVERSIDADES 26

2.1 Terras indígenas na história do Brasil	27
2.2 Terras Indígenas na Bahia.....	32



CAPÍTULO 3

REPRESENTATIVIDADES INDÍGENAS

BRASILEIRAS 35

3.1 Tembetá 36

3.2 Arte, ativismo e comunicação indígena 40

3.3 Kuarup 42

CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS 45

Livros 46

Filmes e documentários 46

Curiosidades 46





CAPÍTULO 1
PINDORAMA

PINDORAMA

INTRODUÇÃO AO CADERNO

Neste caderno você conhecerá contextos da história, luta, resistência e representatividade indígena. No primeiro capítulo são abordadas discussões sobre identidade, ancestralidade e história indígena; no segundo capítulo discutem-se contextos históricos de terras indígenas no Brasil e na Bahia; no terceiro capítulo apresentam-se diversas personalidades indígenas de campos como ativismo, literatura, artes visuais, músicas, comunicação, entre outros dados relevantes para aprofundamento nos estudos sobre o tema.

1 PINDORAMA

NESTE CAPÍTULO SERÁ APRESENTADO UM POUCO DA ORIGINALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA E ESPECIALMENTE NO BRASIL.

No decorrer do capítulo serão abordadas reflexões sobre ancestralidade e história indígena no período pré-colonização e na colonização, apresentando e discutindo um Brasil construído sobre os territórios originários dos povos indígenas. Essa abordagem será feita com uso dos conceitos: território, fronteira, ancestralidade e identidade indígena.

1.1 TERRITORIALIDADES ORIGINÁRIAS

Iniciamos apresentando o conceito de território e de fronteira. Essa apresentação tem por objetivo fornecer instrumentos conceituais para interpretarmos os processos históricos que ocorreram e ocorrem na relação dos povos originários com os invasores colonizadores.

Como explica o geógrafo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Souza (2009), o território é um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder na disputa e controle do espaço. Portanto, um espaço com limites criados por relações de poder são territórios, sejam limites de um **Estado-nação**, uma propriedade privada, um espaço controlado pelo crime organizado ou uma terra indígena. Trata-se, fundamentalmente, do domínio e controle do espaço.



Pindorama é uma palavra de origem Tupi. Sua etimologia é sobre um espaço de palmeiras, no entanto significa também uma terra sem males, uma terra pertencente aos povos originários.



Estado-nação

Organização política dos estados modernos. Relaciona-se com a identidade, com a cultura e com os processos históricos que constituem o povo de determinado espaço.

Os estudos sobre territórios podem se basear nos processos históricos que dão origem a determinados territórios: o que é produzido, como se produz e essencialmente quem domina, influencia e como ocorre esse processo.

Nesse sentido, os territórios indígenas são, portanto, os espaços em que os indígenas possuem domínio, como as terras indígenas, que são uma categoria do campo assim como os assentamentos, unidades de conservação, reservas biológicas entre outras. As terras indígenas têm por objetivo garantir a reprodução física e cultural dos indígenas segundo seus usos, costumes e tradições, é um espaço de usufruto exclusivo dos povos indígenas (ARAÚJO, et al, 2006).

A partir desse conceito, podemos contextualizar que o espaço onde atualmente encontra-se o Brasil foi inteiramente construído em territórios indígenas. Com a chegada dos europeus, essa dinâmica territorial originária foi modificada profundamente. A construção do Estado-nação brasileiro se deu pelo domínio e controle dos territórios indígenas originários e, nesse processo violento, incontáveis indígenas foram explorados e/ou mortos e suas terras roubadas.

Atualmente, seus territórios estão fragmentados e diminuídos, correspondendo a uma parte do que eram originalmente. Ainda assim, são alvos de madeireiros, garimpeiros, grileiros e pecuaristas, que buscam explorar e/ou roubar os territórios indígenas na atualidade. Esses fatos demonstram que os territórios indígenas são espaços em disputa, são marcados pelo conflito, evidenciam uma colonização não acabada, um processo de dominação e exclusão socioespacial dos povos indígenas.

Essa noção de território indígena pode ser analisada por outras perspectivas. Há espaços tradicionalmente ocupados por indígenas que não são demarcados como terras indígenas. Esses espaços podem estar sendo controlados por proprietários privados, no entanto há uma resistência e luta indígena por sua retomada, marcadas pelo reconhecimento da terra como território onde viveram os antepassados e onde devem viver os descendentes dos povos originários. Essas questões evidenciam relações de poder na disputa pelo espaço, o que define um território.



Figura 1. Indígena segurando a Constituição na mão durante manifestação indígena em Brasília, 2018. Fonte: <https://flic.kr/p/4ZxQrv>. Acesso em: 28 jan. 2022.

A imagem acima demonstra dimensões da luta indígena por seus direitos, como é o caso das terras indígenas que vêm sendo apropriadas desde o início da colonização. No entanto os indígenas resistem e lutam pela sua terra.

O processo de disputa das terras dos povos originários (povos indígenas) é histórico e, como observamos, inicia no processo de colonização e vem avançando até o momento contemporâneo. Para compreender melhor o processo de disputa por territórios é importante entendermos também o conceito de fronteira. Segundo o sociólogo Martins, (2019), a fronteira é o espaço onde coexistem sociedades com distintas maneiras de viverem no espaço e no tempo, compondo complexos contextos marcados por conflitos sociais.

No Brasil, a fronteira se materializa no avanço de não indígenas sobre os territórios indígenas. Pode ocorrer a partir da frente de expansão, que se caracteriza pelo avanço dos camponeses que historicamente perambulam em busca de terras ou pela **frente pioneira**, que estabelece relações propriamente capitalistas na produção do espaço.

A-Z

Frente pioneira

Expansão de populações não-indígenas sobre os territórios indígenas e de outras populações tradicionais. Caracteriza-se pela chegada de instituições públicas e privadas que estabelecem novas formas de produção do espaço.



Nesse processo essas sociedades com culturas antagônicas coexistem em um espaço, essa coexistência é marcada principalmente pelo conflito, produzido por diferentes visões de ser e estar no mundo. A fronteira não é somente o limite material entre essas sociedades, trata-se também da diferença e oposição entre cosmovisões. É o encontro da diversidade e o (des)encontro da humanidade.

Nas fronteiras brasileiras, as sociedades indígenas têm sido secularmente exterminadas por representantes da visão de mundo eurocêntrica que orientou os colonizadores e ainda orienta seus descendentes; se apropria de seus territórios e os subjugam para dessa forma viabilizar sua existência segundo sua cultura.

Ou seja, no processo de colonização, os europeus exploraram e exterminaram populações indígenas e, dessa forma, se afirmavam como civilizados, como humanos, enquanto negavam a humanidade do Outro, num processo de violência física e simbólica e pela expropriação material e imaterial. A degradação do outro nos confins do humano.

Nesse processo, os territórios originários das sociedades indígenas foram gradativamente apropriados pelos colonizadores. Em poucos séculos, populações milenares foram (e continuam sendo) exterminadas pelo (des)encontro da fronteira, em complexas e contraditórias relações sociais caracterizadas pelo conflito.

Até aqui você já deve ter percebido o quão é importante pensar nossa história a partir de um olhar crítico e fundamentado. Na sequência, abordaremos alguns aspectos históricos das sociedades indígenas que, a despeito das constantes experiências de extermínio e exploração, fortalecem-se e resistem para continuarem existindo.

1.2 ANCESTRALIDADE, PODER E RESISTÊNCIA

A escritora indígena Eliane Potiguara ressalta a importância do reconhecimento da ancestralidade indígena para fortalecer

a identidade e luta contra a opressão do neocolonizador, que causa tantos sofrimentos e desesperanças nas populações. O resultado atual é a baixa autoestima, angústia, alcoolismo, suicídio e etc. Uma desestabilização espiritual e cultural dos indígenas (POTIGUARA, 2007).

Ao reconhecer sua ancestralidade e tomar consciência de suas raízes, é possível perceber e desvendar a riqueza, a preciosidade oculta na mente e no coração indígena. Reconhecendo a riqueza da ancestralidade pode-se fortalecer a luta histórica contra a opressão, o racismo, a baixa autoestima e o conformismo.

Esse reconhecimento e o fortalecimento da identidade devem ocorrer pela valorização dos saberes ancestrais representados pelos líderes espirituais indígenas. Eles conservam a herança espiritual e a sabedoria milenar dos povos e são expressões do patrimônio intelectual dos indígenas. A indígena Eliane Potiguara destaca, ainda, a importância das mulheres no fortalecimento da cultura e das lutas indígenas.



Figura 2. Mulher indígena de braços abertos diante da polícia federal em manifestação em Brasília, 2017 Fonte: <https://fic.kr/p/TYwRH5>. Acesso em: 02 fev. 2022.



Você conhece a escritora Eliane Potiguara? Saiba mais acessando o link a seguir. <http://www.elianepotiguara.org.br/>



O tema ancestralidade é trabalhado pela intelectual indígena Barba Nascimento Flores no Caderno Temático: Diversidade de Saberes dos povos Indígenas, dessa coleção pedagógica. Dê uma olhada, contribuirá muito em sua formação.



Essa imagem apresenta a força e o protagonismo das mulheres indígenas na luta por seus direitos, sua postura e expressão diante de diversos policiais possuem fortes significados simbólicos, como a violência exercida pelas forças armadas contra os indígenas, a necessidade de paz e respeito, a autonomia e força das mulheres na luta e resistência contra o genocídio indígena, contra a expropriação, racismo e machismo.

Nesse sentido, ressaltamos uma carta escrita pela indígena potiguara Graça Graúna, publicada no livro *Cartas para o bem viver* (2020). Esse livro possui participação de diversos pensadores indígenas, como Ailton Krenak, Sonia Guajajara, José Carlos Tupinambá, Juvenal Payayá, Rafael Xucuru-Kariri, Márcia Kambeba entre outros.

A Carta de Graça Graúna chama-se: “De Graça Graúna Para os ancestrais”. Ao longo da carta, escrita especialmente para sua família, Graça resalta a saudade que sente de sua aldeia e da família, conta sobre as dificuldades de viver na cidade, como o preconceito, perseguição, agitação e barulho.

A indígena escreve que se orgulha de suas raízes, ao manter a fé em seu Deus, ao guardar os ensinamentos de seu povo na sua memória e sonha em voltar para sua aldeia. Ao final, reforça que mantém a resistência e lembra cantos que aprendeu nos rituais de Toré e resalta sua identidade ao dizer “Sou Potiguara nessa terra de Tupã” (GRAÚNA, 2020, p. 50).

É uma carta comovente e que muito tem a nos ensinar. Nela é possível vislumbrar a importância da identidade na resistência contra a violência física e simbólica vivida pelos povos indígenas no campo ou na cidade. A identidade e os ensinamentos ancestrais dão força para resistir e seguir em frente para um dia poder voltar ao seu primeiro lar.

Outro exemplo é a carta do **Morubixaba** (Cacique) Juvenal do povo Topim Payayá no estado da Bahia. Em sua carta, Juvenal faz uma dedicatória ao seu ancestral e também *Morubixaba* Sacambuasu, que viveu no século XVIII e liderou seu povo na resistência contra a colonização, posteriormente foi preso e morto.

Ao longo da carta, Juvenal Payaya fala sobre a importância da memória e da identidade do povo na resistência contra a colonização e declara que seu povo teve o seu território usurpado e foi considerado “extinto”, numa tentativa de apagamento da memória e da ancestralidade. Dessa forma, cada palavra, gesto e nome lembrado era uma vitória na conscientização do seu povo sobre sua ancestralidade e resistência contra a imposição dos colonizadores, assim como o grande guerreiro Sacambuasu também resistiu. Nas palavras de Juvenal “guardo no peito a tua imaginária presença como um gigante” e “seremos preservadores da tua história marcada pela resistência e pela luta” (PAYAYÁ, 2020, p. 41).



Figura 3. Indígena com arco e flecha com policiais ao fundo em manifestação em Brasília, 2013. Fonte: <https://flic.kr/p/oqoHAf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

Em uma parte da carta, Juvenal Payayá escreve sobre a miscigenação do seu povo com os negros(as) fugitivos da escravidão e que foram abrigados nas aldeias, dessa união surgiu outros costumes, linguagens, cores. Hoje esses descendentes são a maioria no Brasil, vivem na pobreza, são sem-teto, sem-terra, moradores de favelas, são chamados de pardos, morenos, cafuzos. Não possuem memória e vínculo com sua ancestralidade indígena e negra, não conhecem o poder que possuem e elege

A-Z

Morubixaba

Cacique, líder político.

políticos brancos que defendem fazendeiros brancos, banqueiros brancos, militares brancos e etc. (PAYAYÁ, 2020).

No dia 13 de fevereiro de 2022 foi lançada uma coleção de artigos de autoria indígena da e na Bahia pela Revista Leetra Indígena, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). O projeto ocorreu pela realização da primeira Feira Literária dos Povos Indígenas na Bahia (FLIPIB). No artigo “Nossas ancestralidades são sagradas” o autor Camilo Kayapó relata o racismo, a opressão sofrida e a força da ancestralidade para resistir e lutar. O artigo foi desenvolvido em parceria com o professor Edson Kayapó.

Ele descreve sobre sua mudança do interior do Amapá para a cidade de São Paulo, sobre o racismo que sofreu na escola e na universidade. As pessoas o humilhavam por suas raízes, seu cabelo, acessórios, sotaque e até mesmo “lugar de fala”, já que não era “índio” porque não possuía cabelo grande e morava na floresta, em ocas de palha na beira de rios, evidenciando que os estereótipos também estão presentes e são reproduzidos nas instituições de ensino. (KAYAPÓ; KAYAPÓ, 2022).

Aos poucos Camilo foi se conscientizando da importância da sua ancestralidade, buscando discutir e participar de manifestações sociais pelos direitos indígenas. Nos conta que resiste, segue pelo caminho deixado pelo seus ancestrais, valorizando suas tradições e saberes (KAYAPÓ; KAYAPÓ, 2022).

A ancestralidade e a identidade indígenas são reforçadas também no artigo de Chico Payaya, denominado de “O que somos!”, como também no artigo de Katu Tupinambá denominado “Mãe Terra Olivença Território da nossa ancestralidade sagrada”. (PAYAYÁ, 2022; TUPINAMBÁ, 2022).

Neste tópico vimos, portanto, reflexões sobre a importância da ancestralidade na identidade e luta indígena. Essa importância vai desde a melhoria na autoestima, até a união e luta por direitos, num processo de resistência contra a colonização e tentativas de apagamento e/ou desvalorização das culturas indígenas.

A seguir veremos observações sobre a originalidade indígenas no Brasil, reflexões sobre a sua história e resistência.

1.3 PRÉ-BRASIL

Segundo o líder indígena Ailton Krenak, pensar uma história indígena no Brasil constitui um sério desafio devido a diversidade de povos indígenas que habitavam a área hoje chamada Brasil e pela diversidade dos processos históricos locais no contato e avanço dos não indígenas sobre os territórios indígenas originários (KRENAK, 2012).

Os esforços feitos por historiadores, antropólogos e sociólogos resultam em fragmentos da história em sua complexidade. Nesse processo um equívoco comum é pensar e oficializar a história indígena a partir da chegada dos colonizadores, negligenciando todos os milênios de vivência dos povos originários espalhados na espacialidade atualmente denominada América mais especificamente no território ocupado pelo estado brasileiro. Como se os indígenas passassem a existir somente a partir da chegada dos colonizadores.

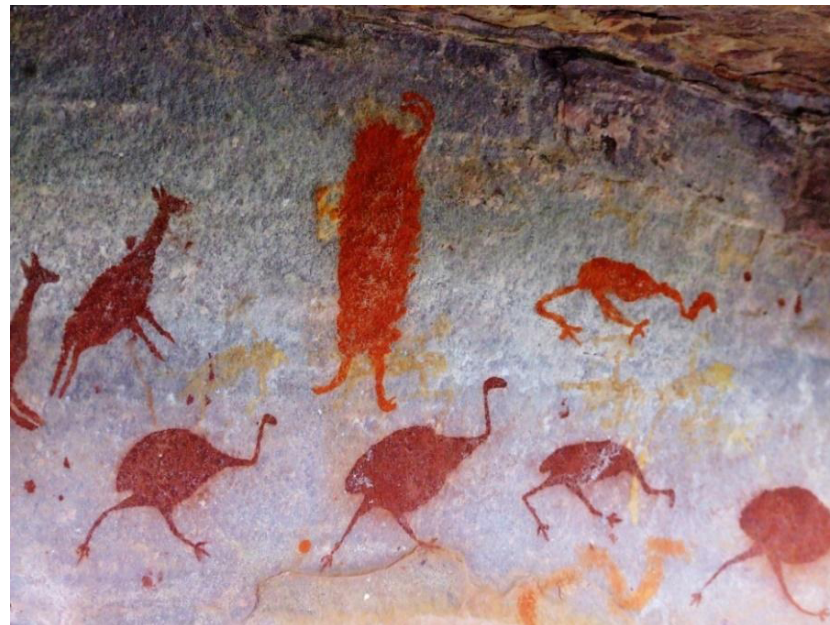


Figura 4. Pintura rupestre localizada na Chapada Diamantina no estado da Bahia. Fonte: <https://flic.kr/p/74SumH>. Acesso em: 04 fev. 2022.

Essa imagem apresenta registros históricos de práticas artísticas dos povos indígenas que viveram há milênios onde atualmente é o estado da Bahia.

Podemos dizer que a história oficial (aquela que por muito tempo vem sendo contada e recontada por diferentes instâncias de poder) é uma representação simbólica da colonização, criada pelos não indígenas para se contar uma história de conquista, de colonização, para romantizar o etnocídio e o roubo dos bens dos povos originários.

Mas essa é uma das formas de narrar esse momento histórico, ou seja, os europeus chegando numa vastidão de terras com belezas exuberantes e encontrando os indígenas. É importante conhecermos outras perspectivas, outros sentidos e outras memórias que, não por acaso, têm sido negligenciadas e, até mesmo apagadas.

Nesse sentido, é importante destacar que por milênios essas populações viveram em toda essa extensão territorial que hoje é a América. Nesse processo desenvolveram suas próprias **cosmovisões**. A forma que viveram e representaram o espaço são distintas de como hoje representamos esse espaço, com seus mitos colonizadores e limites político-administrativos.

Essa historiografia oficial negligencia, também, que os povos indígenas no Brasil tiveram os primeiros contatos com os não indígenas em diferentes momentos da história, não se pode resumir ao ano 1.500 d.C. pois até hoje existem povos indígenas isolados, ou seja, sem contato com o mundo dos não indígenas.

Como os povos que vivem na terra indígena Ituna-Itatá no estado do Pará, onde estão originários isolados, e que encontram desafios na garantia legal de proteção pelo órgão responsável, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A dificuldade de proteção ocorre mesmo havendo aumento o número de invasões que resultam no crescente índice de desmatamento e em conflitos pela posse e direito da terra, ameaçando os povos que vivem nesse espaço.

Portanto, é importante pensarmos o Brasil como um país construído pelo saque e pilhagem de bens, que originalmente pertenciam aos povos indígenas, primeiros habitantes dessas terras desde muito antes da constituição do estado brasileiro. Esse processo de apropriação e pilhagem é delineado no livro *O Karaíba: uma história do pré-Brasil*, do autor Daniel Munduruku, com enfoque na história que se passa antes da chegada dos colonizadores.



Figura 5. Daniel Munduruku.
Fonte: <https://bit.ly/3FRN-Rlo>. Acesso em: 04 fev. 2022.

O livro narra dramas vividos entre os povos Tupinambá e Tupiniquim, rivais desde tempos imemoriais. Nessa história, segunda profecias do Karaíba, esses povos estavam destinados a se unirem contra um inimigo comum que, chegaria em breve e que causaria guerras, escravidão e muito sofrimento a esses povos.

Tratava-se de um povo fantasma, devorador de almas. Eram homens peludos como macacos e traiçoeiros e chegariam em barcos capazes de carregar centenas de pessoas; sua chegada traria muitas doenças, escravidão e guerras. Era necessário a união dos povos para enfrentar esse inimigo e defenderem seus territórios ancestrais.

Para unir esses povos era preciso que houvesse o casamento entre um grande guerreiro (Periatã) do povo Tupinambá e uma grande guerreira (Potyra) do povo Tupiniquim. Esse casal daria à luz um filho e dele faria um grande guerreiro que lideraria seus povos contra o terrível inimigo que estaria por vir.

A-Z

Cosmovisões

Conjunto de valores, crenças, identidades e sentidos que orientam a vida de determinada pessoa ou grupo.

Ao longo do livro, são narradas as aventuras de Perna Solta e sua amada Maíra. Mensageiro da sua aldeia, Perna Solta não possuía grande força física para combate, mas era muito rápido e resistente e por isso tornou-se mensageiro. O livro narra também os dramas vividos pelos caciques e por seus povos. Os caciques precisavam interpretar as profecias do Karaíba e por pouco provocaram guerras desnecessárias ao interpretarem errado os sinais do sábio profeta.

Na história, a amada de Perna solta, Maíra, é raptada e confundida com a guerreira das profecias que deveria se casar com o filho do chefe Tupinambá. Posteriormente, o erro foi reconhecido, houve acordos de paz entre os povos e a celebração de casamento de Potyra e Periatã, que geraram seis meninos e duas meninas. O primogênito deles, chamado Cunhambebe, foi também o primeiro a avistar chegada dos fantasmas da profecia e anunciá-la ao seu povo.

Perna Solta e Maíra deram à luz a dois casais de filhos, o mais novo foi escolhido para ser o próximo Karaíba, ou seja, um sábio que vagaria pela floresta, se comunicando com os espíritos dos ancestrais e orientando os povos sobre o tempo que ainda viria.

As discussões trazidas no livro apresentam importantes reflexões sobre o drama dos povos originários. Entre eles, destaca-se uma realidade anterior à colonização para enfatizar a tese de que a história sobre os povos indígenas não deve ser contada somente a partir da colonização, como se antes da chegada do colonizador não houvesse o povo originário e uma história da presença dele no Brasil e na América.

Outra questão é a valorização das revelações dos sábios, dos conhecimentos ancestrais, do respeito à tradição. Destaca-se ainda a atualidade da profecia do sábio Karaíba sobre os invasores, suas doenças e guerras, sobre a necessidade da união entre os povos originários para combater esse inimigo comum que, assim como no início da colonização, continua roubando terras, escravizando as pessoas, trazendo doenças e assassinando os povos originários. Isto é, a história do pré-Brasil afirma a existência

antiga dos primeiros habitantes do território dito brasileiro e traz motivação para as atuais lutas dos seus descendentes.

No próximo tópico, vamos refletir sobre os povos indígenas na atualidade em relação a sociedade capitalista.

1.4 AOS BRASILEIROS

As reflexões trazidas neste tópico serão feitas a partir de duas cartas presentes no livro *Cartas para o bem viver*, já citado anteriormente. As cartas destacadas aqui são as “De Taquari Pataxó aos Brasileiros” e “De Gersem Baniwa para as pessoas que sonham um outro Brasil”.

Agora, destaco, aqui, reflexões contidas na carta de Taquari Pataxó, o autor escreve que as sociedades indígenas possuem um sistema de vida que se contrapõe ao sistema capitalista, caracterizado pela desigualdade e injustiça. A busca por uma sociedade melhor, ecologicamente correta, culturalmente diversificada e solidária é objetivo de todos, indígena ou não, os indígenas possuem papel fundamental na construção dessa sociedade (PATAXÓ, 2020).

Para isso, é preciso que o povo brasileiro aceite, respeite e aprenda com a diversidade dos povos e dos territórios indígenas. É preciso aprender a coexistir com diversidade de línguas, saberes, costumes etc., entendendo que os povos indígenas são culturalmente diferentes, não piores ou melhores. O Brasil deve se reconhecer como Multiétnico, Pluricultural e Multilíngüístico.

A relação que os povos indígenas possuem com a natureza é pautada por preservação e no uso racional dos bens naturais. É esse um sistema que respeita todos os seres vivos (e não apenas o humano), que parte do princípio do equilíbrio. Nesse modo de viver há uma sabedoria que precisa ser reconhecida e praticada. Atualmente a expansão do modelo capitalista de produção tem, pelo contrário, causado desequilíbrios ambientais, colocando em risco a vida no planeta terra. Temos presenciado cenas em que a vegetação remanescente é desmatada para a formação de lavou-



Você sabia?

O povo Pataxó possui diversas aldeias ao sul da Bahia e norte de Minas Gerais, falam a língua Patxohã, do tronco Macro-jê.



ras e pastagens, o solo e as águas são poluídos por agrotóxicos e fertilizantes químicos, pelo garimpo e pela mineração. A conservação ambiental das terras indígenas encontra-se cada vez mais ameaçada, o que torna impossível manter as tradições.

Os 500 anos que se sucederam à chegada dos colonizadores foram marcados pelo contínuo roubo dos bens indígenas mudando apenas as estratégias e os processos para tanto. Atualmente, as lideranças indígenas e de outros defensores das florestas são assassinadas, sofrem ameaças e são chantageadas para desistir da “causa”, ou seja, da sua existência assim como a de incontáveis outros seres vivos, que são ameaçados pela expansão do modelo capitalista de produção.

O modelo capitalista ameaça a biodiversidade do planeta ao tempo em que representantes do avanço do capitalismo estão ocupando posições estratégicas na política do nosso país. Há um movimento que busca impedir e/ou inviabilizar a demarcação das terras indígenas no Brasil, criando e estabelecendo milícias rurais para defenderem o avanço do capitalismo sobre os territórios indígenas, camponeses, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.

Nesse sentido, as terras indígenas são também um impedimento à devastação das florestas e dos rios e, por essa razão, instituem-se como espaços de preservação ambiental e da diversidade cultural indígena no Brasil. Principalmente por essas razões, a sua demarcação e preservação deve ter apoio de toda a sociedade não indígena.

A educação é um instrumento fundamental nesse processo. Assim destaca-se metodologias e conteúdos educativos que valorizem os saberes ancestrais dos indígenas e negros, rompendo com o eurocentrismo enraizado à força. Precisamos agir politicamente para mudarmos as desigualdades sociais e injustiças que são cometidas no país construído pelo etnocídio. Não basta ficar indignado ou inconformado, é preciso que se denuncie, grite e aja.

Devemos combater o racismo, a intolerância e a barbárie que naturalizam o **genocídio**, epistemicídio, **etnocídio** e **ecocídio**. É preciso sonhar com um Brasil que respeite a Constituição Nacional, que garanta ao povo o direito de ser plurilíngue, pluricultural e democrático. O povo brasileiro, independente da sua raça, crença, língua, precisa sonhar e lutar por um Brasil que respeite os territórios, os saberes e a diversidade de povos indígenas, em busca do **Bem Viver**.



Figura 6. Indígenas com pinturas corporais, ornamentos e flautas, em celebração, 2014. Fonte: <https://flic.kr/p/n9q5qK>. Acesso em 06 fev. 2022.

Essa imagem representa uma celebração, nela podemos visualizar belezas dos povos indígenas, suas danças, pinturas, ornamentos, cabelos e cores.

Pois bem, este capítulo está chegando ao fim. As reflexões trazidas nos permitiram pensar sobre os territórios indígenas e sua originalidade, sobre a fronteira e seus conflitos sociais e sobre o reconhecimento da ancestralidade e a valorização dos saberes tradicionais como determinantes na luta e resistência indígena contra o roubo e destruição de seus territórios e identidades.

A-Z

Genocídio

Extermínio total ou parcial de um povo, grupo religioso ou étnico.

Etnocídio

Destruição total ou parcial de uma cultura.

Ecocídio

Destruição em larga escala do meio ambiente.

Bem Viver

Filosofia baseada na diversidade cultural dos povos da América Latina que pauta-se no respeito e convivência justa e sustentável e busca a superação das desigualdades e injustiças, das práticas econômicas que destroem a natureza.



Para exercitar o aprendizado

Vimos que a história indígena é complexa, diferentemente da visão imposta pela perspectiva colonizadora, com o apagamento da história milenar desses povos. Nesse sentido faça reflexões sobre questões a seguir:

- Qual a importância de valorizarmos o fato de os indígenas viverem por milênios nessas terras antes da chegada dos colonizadores?
- Quais as implicações dessa negligência para o fortalecimento da ancestralidade e identidade indígena?
- E das lutas pela demarcação de terras indígenas?



Para saber mais

A última floresta – documentário de 2021 sobre os povos Yanomamis com participação de David Kopenawa.

Guerras do Brasil – Documentário de 2018 sobre guerras no Brasil. O episódio 1 chama-se “Guerras da conquista” e trata das guerras entre indígenas e colonizadores no Brasil, com participação de Ailton Krenak.

Martírio – Documentário de 2017 sobre as lutas pela terra dos povos indígenas Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul.



Expectativa de aprendizagem

É esperado que o/a estudante consiga perceber que, ao se apagar ou ocultar a ocupação milenar e originária dos indígenas nessas terras, estamos contribuindo para a perspectiva colonizadora de pensarmos a história na América a partir da colonização, em processo que cria o mito dos colonizadores como heróis desbravadores. Por outro lado, ao se enfatizar que os indígenas são os povos originários e verdadeiros donos dessas terras, que resistiram e resistem a colonização, estamos nos sensibilizando sobre o reconhecimento da ancestralidade, identidade e união dos povos na luta por seus direitos, como a luta pela terra. Qualquer propriedade privada que existe hoje no Brasil localiza-se sobre territórios que originalmente pertenciam aos indígenas. Ao se pensar a demarcação de terras indígenas, devemos ter nítido que é um direito fundamental dos povos indígenas.



CAPÍTULO 2

TERRAS INDÍGENAS: DIREITO E DIVERSIDADES



TERRAS INDÍGENAS: DIREITO E DIVERSIDADES

NESTE CAPÍTULO ESTUDAREMOS O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, DESTACANDO-AS COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DOS POVOS INDÍGENAS E COMO UM TERRITÓRIO AMEAÇADO POR INTERESSES PRIVADOS DE SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA. OS CONCEITOS DE TERRITÓRIOS ORIGINÁRIOS E TERRAS INDÍGENAS NOS AJUDARÃO A ENTENDER SOBRE ESSAS QUESTÕES.

2.1 TERRAS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

No primeiro capítulo nós aprendemos que a constituição do Estado-nação brasileiro ocorreu a partir da invasão dos territórios indígenas originários. A categoria fundiária Terra indígena (TI) é uma criação legal do Estado no processo de colonização e seus objetivos e processos se modificam ao longo da história do Brasil. Portanto é importante diferenciarmos territórios originários de TIs (Terras indígenas).

Os territórios originários são aqueles que existiam antes da chegada dos colonizadores. São resultados da ocupação milenar e da dinâmica histórica de domínio territorial dos povos indígenas, segundo suas diversidades culturais.

As TIs são criações jurídicas que delimitam e determinam qual terra deve ser destinada para a ocupação indígena. São, portanto, um instrumento de controle de terras que destina aos indígenas uma parte do que eram seus territórios originários.

A constituição de TIs na história do Brasil possui diferentes processos e objetivos, como veremos a seguir. No processo de colonização do Brasil, o direito dos indígenas sobre seus territórios frequentemente é reconhecido, mas na prática ocorre um conjunto de estratégias para não se efetivar esses direitos.

No período colonial, reconhecia-se que os indígenas tinham direito ao seu território, por outro lado, criavam-se **aldeamentos** com terras concedidas como **sesmarias**, e os indígenas que fossem para os aldeamentos perdiam o direito ao território originário que ocupavam, ou seja, a terra do aldeamento era reconhecida como a terra à qual tinham direito.

Aos indígenas que não fossem aldeados era aplicado o princípio da guerra justa. A partir de dois pontos: impedimento da propagação da fé cristã ou hostilidade aos vassallos da coroa. Ou seja, se os indígenas não “aceitassem” ser aldeados, catequizados e que seus territórios fossem invadidos pelos colonos, poderiam ser guerreados e perderiam o direito ao seu território e, posteriormente, eram aprisionados e até mesmo escravizados.

Configurava-se, portanto, o seguinte processo: o estado reconhecia o direito dos indígenas aos seus territórios, mas na prática, somente os indígenas que “aceitassem” a conversão a fé cristã nos aldeamentos possuíam direito a essa terra concedida para a criação de aldeamentos, ao passo que perdiam o direito ao território originalmente ocupado. Aos que não “aceitassem” a conversão ao cristianismo e nem a invasão dos colonos podiam ser guerreados e perdiam o direito à terra e a liberdade, segundo a autora Moises (2000).

Nesse período, é iniciada uma estratégia que perduraria no império e em boa parte da república. Essa estratégia consistia em delimitar pequenos espaços de terras para os indígenas, enquanto que os territórios que possuíam originalmente eram ocupados por colonizadores.

Durante o Brasil imperial, dá-se continuidade aos processos de aldeamentos. O único documento geral a respeito dos indígenas no Império é o “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios”, de acordo com a autora (SAMPAIO, 2009, p. 13).

Esse documento regulamentou e orientou a manutenção dos aldeamentos, apresentou propostas de criação de escolas e igrejas e a organização de trabalhos artesanais, produções agrícolas e at-

ração de indígenas isolados. O regulamento também possibilitava arrendamentos e aforamentos nos aldeamentos (SAMPAIO, 2009).

A lei de terras, criada em 1850, regulamentou a obtenção de propriedades privadas no Brasil, a partir de então sua obtenção seria mediante a compra, ou pela regularização de sesmarias ou posses adquiridas nos regimes de terras anteriores, desde que estivessem cumprindo suas respectivas condições, segundo o jurista Ruy Cirne Lima (LIMA, 1990).

Em relação às TIs, dava-se continuidade à política de concessão de terras para criar aldeamentos. Outros dispositivos legais regulamentavam que as terras tradicionais abandonadas pelos indígenas passassem a ser terras devolutas, podendo, portanto, serem compradas e tornarem-se propriedades privadas (ARAÚJO, et a, 2006).

Os presidentes provinciais, isto é, governantes nomeados diretamente pelo imperador, começaram a atestar o abandono de territórios originários pelos indígenas, sem que houvesse ocorrido de fato, transformando esses territórios em terras devolutas e garantindo a titulação dessas terras a terceiros.

Estratégia parecida foi praticada pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, e por sua sucessora Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967. Trata-se da emissão de certidões negativas. Essas certidões declararam não existir indígenas em determinadas terras.

Por esse motivo “é preciso que se diga que muitos abusos foram cometidos em nome de tais certidões negativas, gerando para os índios, em alguns casos e ainda hoje, a tarefa descomunal de ter que provar que existem ou que sempre estiveram lá (ARAÚJO, et a, 2006, p. 26). Esses processos evidenciam a aplicação de estratégias jurídicas para a expropriação dos indígenas de seus territórios, dificultando e/ou impedindo que seus direitos sejam efetivados ainda hoje.

A situação das TIs se agrava na República. A Constituição de 1891 não faz referência aos direitos territoriais dos indígenas.

A-Z

Aldeamentos

Aldeias criadas por ordem da Coroa ou dos governos para a catequização dos indígenas. Normalmente localizavam-se próximas às povoações coloniais.

Sesmarias

Regime de concessão de terras que tem origem na península Ibérica. Foi adotado no Brasil colonial.



Segundo uma lei de 1570, Guerras justas eram aquelas declaradas e autorizadas pela Coroa ou governadores (JESUS, 2007).



Para complicar mais a situação, o artigo 64 da dessa Constituição transfere aos estados federais as terras devolutas situadas em seus respectivos limites.

Posto isso, os territórios indígenas originários que foram considerados terras devolutas por diferentes estratégias aplicadas no Brasil Colônia e no Império, agora estavam sob o controle dos estados federados. Isso facilitou o processo de titulação de terceiros sobre territórios originários, inclusive através de grilagem (ARAÚJO, et a, 2006).

Durante a ditadura militar houve mudanças significativas no reconhecimento de direitos indígenas, no entanto, na prática esses direitos foram negados e/ou dificultados em muitos casos. Entre as principais transformações legais, destacamos o reconhecimento das terras indígenas como patrimônio da União e a consequente administração delas para a esfera Federal.

Houve também o reconhecimento ao usufruto exclusivo das TIs pelos povos que vivem nela. E, além disso, estabeleceu-se a declaração de nulidade de títulos que incidirem sobre as TIs, sem direito a indenização (ARAÚJO, et a, 2006).

O contexto do Brasil na ditadura é de aplicação de políticas de integração e desenvolvimento nacional, a ditadura militar criou condições ambientais e econômicas para a privatização e internacionalização de bens naturais do Brasil.

Essas políticas baseavam-se na concepção de que o Brasil precisava urgentemente se unir aos países capitalistas para se segurar da “ameaça” socialista representada até então pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa concepção foi criada na escola superior de guerra dos Estados Unidos da América (EUA), e foi aderida cegamente pelos militares brasileiros.

Assim, o Estado constrói infraestruturas (rodovias, bases militares, pontes, ferrovias), fornece subsídios financeiros (financiamento e isenção de impostos para importação e exportação) e vende os bens como terras e minérios a preços baixíssimos em relação ao mercado internacional. Essas políticas tinham o objetivo de facilitar a instalação do capital internacional no Brasil

para ampliar exploração de bens naturais e das populações locais, com justificativas de integração, desenvolvimento econômico e consolidação do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, 1986).



Figura 7. Maquinários fazendo derrubada e abertura para construção da Transamazônica em Altamira – PA em 1972. Fonte: <https://flic.kr/p/RYorgb>. Acesso em: 21 fev. 2022.

A imagem acima demonstra parte da destruição causada pelas políticas de implementação da Transamazônica.

O processo de ocupação provocado por essas políticas resultou na expropriação e/ou destruição de territórios indígenas, bem como de áreas próximas. Apesar do reconhecimento de direitos territoriais, na prática ocorria sua negação, processo que, como visto anteriormente, ocorre desde o Brasil colonial, ocasionando na expropriação dos indígenas de seus territórios originários e/ou “demarcando-se terras diminutas e permitindo-se a exploração das áreas remanescentes por empresas” (ARAÚJO, et a, 2006, p 35).

Ainda na ditadura militar, tem-se a criação de uma nova legislação sobre questões indígenas. Em 1973 é criada a Lei 6.001, denominada de Estatuto do Índio, ainda em vigor. Ressalta-se que:

Baseado numa concepção que em nada se diferenciava daquela que existia desde o início da colonização, o Estatuto

do Índio anunciava o seu propósito logo no primeiro artigo: “integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva”. Em outras palavras, o objetivo do Estatuto era fazer com que os índios paulatinamente deixassem de ser índios (ARAÚJO, et a, 2006, p. 32).

Essa perspectiva pode fazer parte da concepção da maioria da população brasileira não indígena sobre os povos indígenas. Inclusive pode contribuir diretamente ou indiretamente para que haja tanta dificuldade em demarcar terras e garantir o usufruto exclusivo delas aos indígenas.

Ou seja, se a maior parte da população pensa que os indígenas vão deixar de ser indígenas, que são preguiçosos, não gostam de “trabalhar” e que possuem “muitas” terras, facilita que ocorra a invasão dessas terras ou a não demarcação, já que não existe uma pressão popular favorável aos indígenas e nem uma fiscalização e punição adequada contra os crimes de invasão dos territórios indígenas já demarcados.

O Estatuto do Índio regulamenta, também, a demarcação e administração das TIs, mediante os procedimentos organizados pelo Poder Executivo. É reconhecido o direito que os indígenas têm à sua terra, independente da sua demarcação, ou seja, a instituição legal da reserva indígena não cria direitos, apenas os reconhece. A demarcação das TIs define os limites para a execução de direitos territoriais indígenas que, apesar de reconhecimentos legais, se materializam em processos contraditórios de negação e/ou omissão (ARAÚJO, et a, 2006).

Outro aspecto a considerar é o reconhecimento da autonomia cultural do povo indígena. Na constituição de 1988, pela primeira vez, declara-se que os indígenas possuem direito a uma reprodução cultural autônoma, ou seja, há uma ruptura, pelos menos no âmbito legislativo, com a concepção de que os indígenas deixarão de ser indígenas para se tornar “civilizados”.

Somente agora os indígenas possuem o direito de reproduzir sua cultura, e as TIs passam a ter a obrigação de garantir as

condições ambientais para que indígenas vivam segundo seus usos, costumes e tradições (ARAÚJO, et al, 2006).

Vimos neste tópico que, na história do Brasil, os espaços criados legalmente para definir e delimitar a ocupação indígena, ou seja, as TIs, serviram como uma estratégia jurídica para que os territórios dos povos originários pudessem ser apropriados pelos colonizadores.

O resultado desse processo histórico é um Estado-nação construído pela apropriação e extermínio das populações indígenas, e o isolamento dos indígenas em diminutas terras, comparadas aos seus territórios originários. Depois de 489 anos (data da última constituição), reconhece-se o direito dos povos originários de viverem segundo sua cultura, em suas terras.



Figura 8. Indígena com constituição de cabeça para baixo em manifestação indígena na luta por seus direitos em São Paulo, 2013. Fonte: <https://flic.kr/p/h37qcR>. Acesso em: 24 fev. 2022.

Essa imagem possui fortes significados, entre eles podemos pensar na não efetivação dos direitos indígenas reconhecidos na Constituição, como o direito à terra, ambiente ecologicamente equilibrado, educação, saúde e etc. Como vimos anteriormente, há um reconhecimento de direitos indígenas desde a colonização, mas na prática ocorre a negligência e/ou a criação de estratégias jurídicas para não efetivação desses direitos.

Não podemos esquecer que o reconhecimento do direito não significa sua aplicação, e a aplicação dos direitos dos indígenas deve ser uma luta de todos, é o mínimo que podemos fazer em um país construído pelo extermínio e negação do outro e de seus direitos. No mapa a seguir podemos observar a reduzida área de terras indígenas no Brasil

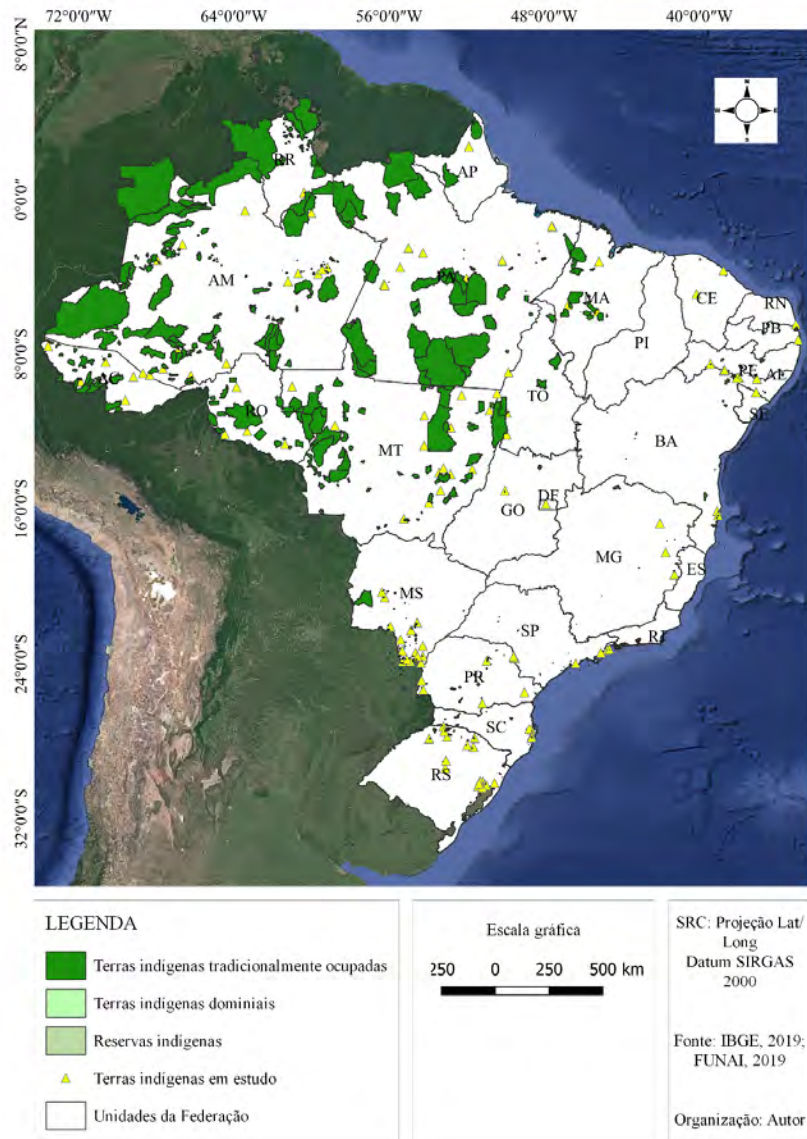


Figura 9. Distribuição espacial das terras indígenas no Brasil. Fonte: IBGE, 2019; FUNAI, 2019. Org: Autor.

Tabela 1 – Quantificação e fases do processo administrativo de demarcação de TIs tradicionalmente ocupadas no Brasil

Processos administrativos	Quantidade	Superfície (ha)
Delimitada	43	2.277.012,45
Declarada	79	7.495.631,37
Homologada	9	334.546,31
Regularizada	441	106.948.034,61
Em estudo	119	0,0000
Interditadas	6	1.080.740,00
Total	692	118.135.964,74

Fonte: Funai, 2021. Org: Autor.

Reservas indígenas são espaços doados, adquiridos ou desapropriados pela União e destinados à posse permanente de povos indígenas. As terras dominiais são propriedades comunais adquiridas por qualquer processo de aquisição, segundo a legislação civil (Tabela 2). As terras dominiais estão incluídas no item “Regularizadas” da tabela a seguir (FUNAI, 2021).

Tabela 2 – Fases do processo administrativo de demarcação de TIs reservas indígenas no Brasil

Processos administrativos	Quantidade	Superfície (ha)
Encaminhada com reserva indígena (RI)	19	12.154,77
Regularizadas	34	77.893,01
Total	53	90.047,79

Fonte: FUNAI, 2021. Org: Autor.

A partir das observações feitas nesse primeiro tópico, é plausível conferir que a demarcação de TIs no Brasil é resultado de um processo histórico de relações de poder no controle de terras. Nesse processo, o Estado orientou a expropriação dos indígenas de seus territórios originários, definindo e delimitando reduzidos espaços fixos para sua ocupação, liberando legalmente e materialmente seus territórios originários a terceiros.



Figura 10. Placa empoeirada envolta de capim e próxima a uma cerca informa sobre a terra indígena Parakanã, no Pará em 2017. Fonte: <https://flic.kr/p/Dpypa7>. Acesso em 27 fev. 2022.

Essa imagem simboliza o processo de delimitação dos territórios indígenas. Observe que a placa anunciando a existência da terra está cercada para delimitar esse espaço. A poeira e o capim nos apontam para a destruição das florestas e a implantação das estradas, pastagens e plantios, sobretudo, de monoculturas destinadas à exportação.

Apesar do Brasil ter sido construído sobre territórios indígenas expropriado, com a exploração e/ou extermínio de povos inteiros, atualmente, significativa parte da população é contra ou não apoia a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, que são somente uma reduzida área dos seus territórios originários. A demarcação de TIs é um direito fundamental, é obrigação do Estado e deve ser uma preocupação de toda a população brasileira, devemos reivindicar esse direito.

2.2 TERRAS INDÍGENAS NA BAHIA

Nesse tópico analisaremos um pouco das terras indígenas na Bahia. O mapa a seguir representa a distribuição espacial das terras indígenas na Bahia.

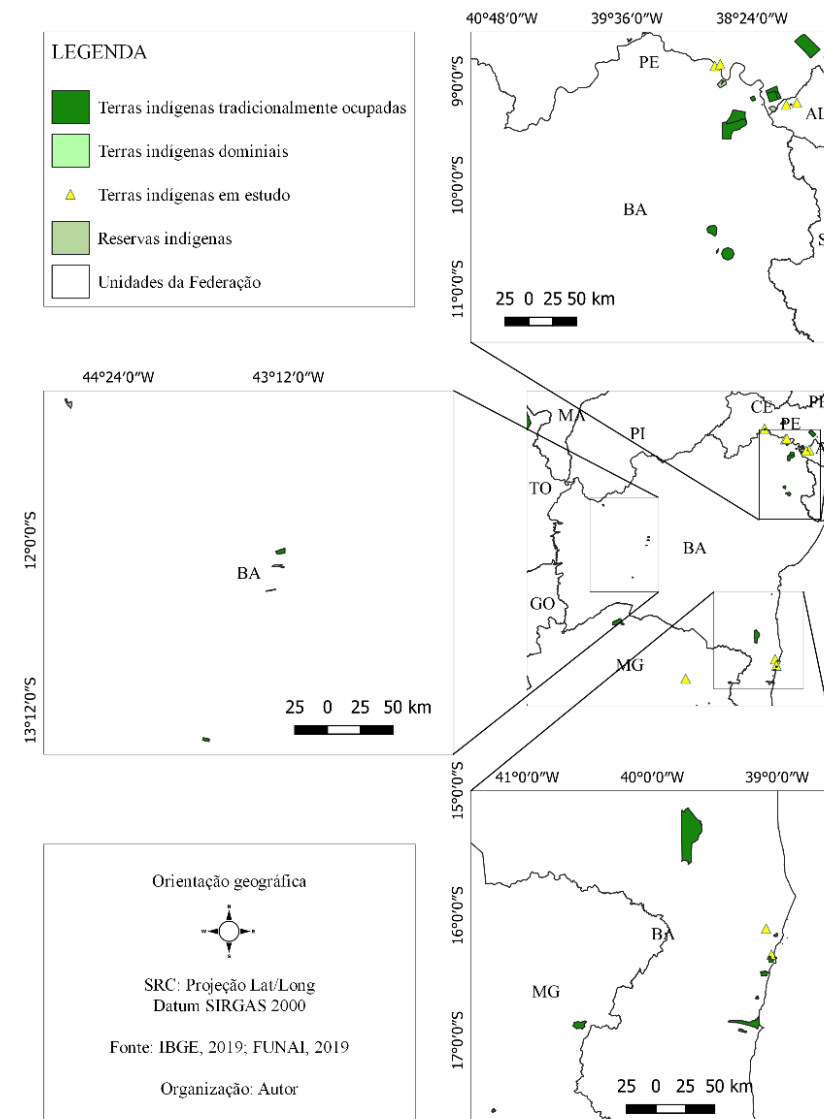


Figura 11. Distribuição espacial das terras indígenas na Bahia. Fonte: IBGE, 2019; FUNAI, 2019.

Vimos anteriormente que a maior área de terras indígenas está na Amazônia, e nos demais espaços do país as terras indígenas são diminutas áreas. Esse fato dificulta até mesmo a representação dessas terras, por serem pequenas e dispersas.

São 22 terras indígenas localizadas na Bahia, com concentrações ao sul, nordeste e centro-oeste do estado. São áreas diminutas, resultado do processo de expropriação destacado anteriormente.

Tabela 3 – Terras indígenas na Bahia

Terra indígena	Povo	Fase Administrativa	Modalidade
Kantaruré	Kantaruré	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Brejo do Burgo	Pankararé	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pankararé	Pankararé	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tuxá	Tuxá	Reservada	Reserva
Quichabá	Xucuru-Kiriri	Reservada	Reserva
Massacará	Kaimbé	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Kiriri	Kiriri	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Fazenda Sítio	Tuxá	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Águas Belas	Pataxó	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Barra Velha	Pataxó	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Imbirirba	Pataxó	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

Aldeia Velha	Pataxó	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Coroa Vermelha	Pataxó	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Mata Medonha	Pataxó	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Caramuru / Paraguassu	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Reservada	Tradicionalmente ocupada
Fazenda Bahiana	Pataxó Hã-Hã-Hãe	Regularizada	Reserva
Vargem Alegre	Pankaru	Regularizada	Reserva
Fazenda Remanso	Tuxá	Regularizada	Reserva
Fazenda Sempre Verde	Pankararu	Regularizada	Reserva
Barra	Atikum, Kiriri	Regularizada	Reserva
Ibotirama	Tuxá	Regularizada	Reserva
Fazenda Jenipapeiro	Atikum	Encaminhada com reserva indígena (RI)	Reserva

Fonte: FUNAI, 2019; ISA, 2022.

Ao todo, tem-se aproximadamente 12 povos indígenas. Esse número pode ser maior ao se considerar as diversidades internas desses povos. Portanto, os números apresentam valores aproximados com base nos dados da FUNAI e do Instituto Socioambiental (ISA).

É importante refletirmos sobre a diversidade dos povos que resistiram e resistem ao processo de colonização. Devemos pensar como era a distribuição espacial desses povos antes da colonização. Qual era a abrangência de seus territórios originários e o tamanho de sua população.

Esse capítulo está chegando ao final. Nele vimos um pouco sobre a constituição das terras indígenas na história do Brasil, os contraditórios processos que envolvem esse direito fundamental, historicamente utilizados para definir limites na ocupação indígena e garantir a apropriação dos seus territórios originários. Entretanto, a demarcação e garantia ao usufruto exclusivo é impedido e/ou dificultado pelo racismo presente na sociedade “civilizada”.



Para exercitar o aprendizado

- Faça uma reflexão sobre as diminutas áreas que são demarcadas como terras indígenas atualmente no Brasil, considerando que esses povos eram os donos originários de toda essa extensão territorial, que hoje compõem o Estado-nação brasileiro. A partir disso, dê sua opinião sobre a necessidade de se demarcar mais terras indígenas e/ou ampliar a área das terras indígenas já demarcadas.
- Você conhece alguma terra indígena? Qual a sua percepção sobre as relações sociais produzidas nesse espaço? Você tem vontade de conhecer terras indígenas em diversas localidades do Brasil? O que espera encontrar?



Expectativa de aprendizagem

Espera-se que você reflita sobre a necessidade fundamental da efetivação dos direitos indígenas, e não apenas o reconhecimento legal. É importante sabermos que historicamente as terras indígenas foram utilizadas como estratégias para limitar a ocupação indígena, mas, atualmente possuem o objetivo de garantir um espaço ecologicamente equilibrado, com condições ambientais necessárias para garantir a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Devemos apoiar as lutas indígenas e, para isso, precisamos aprender com os mesmos, respeitar suas diversidades e juntos mudar a política no país. Espera-se também que você conheça terras indígenas e aprenda mais sobre as relações sociais reproduzidas nesses espaços.



Para saber mais

Documentário – Vale dos esquecidos. Retrata uma luta de décadas do povo Xavante de Maraiwatsedé pela retomada de seus territórios que se tornaram uma das maiores fazendas da América do Sul, Suia-Missú. Atualmente é uma das terras indígenas mais desmatadas da Amazônia legal. Disponível no Youtube em: <https://youtu.be/bmaaGjC4-Kg>.

Filme – Iracema, uma transa amazônica. Retrata o drama de uma mulher indígena que se prostitui para sobreviver. A narrativa se passa no Pará durante a construção da Transamazônica, que ocasionou a expropriação de diversos indígenas e na exploração de suas riquezas. Disponível no Youtube em: <https://youtu.be/3u4rIXPmlds>.



CAPÍTULO 3

REPRESENTATIVIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS



REPRESENTATIVIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS

NOS CAPÍTULOS ANTERIORES, ESTUDAMOS SOBRE ANCESTRALIDADE E TERRITÓRIOS INDÍGENAS. NESTE CAPÍTULO CONHECEREMOS DIFERENTES REPRESENTANTES DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO COMO NO CAMPO POLÍTICO, ARTÍSTICO, COMUNICAÇÃO, NO DIREITO, NA LITERATURA, NA ARTE, ENTRE OUTROS. AO LONGO DO CAPÍTULO, VEREMOS DIVERSOS SUJEITOS QUE REPRESENTAM OS POVOS INDÍGENAS NA BAHIA E NO BRASIL.

3.1 TEMBETÁ

Tembetá é uma palavra originária do tupi. Trata-se de um adorno utilizado no lábio inferior em um rito de passagem que indica a maturidade de um sujeito ao falar em nome do seu povo. *Tembetá* (2019) também é uma coleção de livros que reúne diversos pensadores indígenas, que buscam fortalecer a autonomia, representatividade, memória e ancestralidade.

Até a década de 90, quase toda literatura completa sobre povos indígenas havia sido produzida por não indígenas, muitas vezes de forma etnocêntrica. A coleção *Tembetá* busca, de maneira contrária, valorizar e visibilizar as vozes indígenas e o movimento indígena contemporâneo como um todo.

Os volumes publicados em 2019 trazem diálogos com Ailton Krenak, Sônia Guajajara, Kaka Werá, Daniel Munduruku, Jaider Esbell, Biraci Yawana, Eliane Potiguara e Álvaro Tukano. Ainda está em realização obras com Davi Kopenawa, Fernanda Kaináng, Mac Suara Kadiwéu e Tônico Benites, totalizando 12 volumes. São discutidas questões como cultura, arte, literatura, política, direito, movimentos sociais e etc.

A seguir conheceremos brevemente alguns desses pensadores indígenas e outras representatividades que não estão na coleção, destacando suas produções intelectuais, artísticas e ações políticas.

O PRIMEIRO DELES É AILTON KRENAK, FILÓSOFO E ESCRITOR INDÍGENA, QUE POSSUI MUITA INFLUÊNCIA E PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS.

É autor de diversos livros como: *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), *A vida não é útil* (2020), *Encontros* (2015), *O amanhã não está à venda* (2020) e ainda outros livros que resultam de parcerias com outros autores. A exemplo de: *Lugares de Origem* (2021), *O lugar onde a terra descansa* (2000), *O sistema e o antissistema: Três ensaios, três mundos no mesmo lugar* (2021).

Atualmente o Ailton Krenak possui vários vídeos que podem ser acessados gratuitamente na plataforma Youtube. São entrevistas feitas por diversos jornalistas e provocações filosóficas de variados assuntos que certamente contribuem significativamente para nosso entendimento sobre o espaço e suas transformações. O mesmo pode ser acompanhado nas redes sociais em @_ailtonkrenak.



Figura 12. Ailton Krenak em palestra, 2016. Fonte: <https://flic.kr/p/MGpvRZ>. Acesso em: 03 mar. 2022.

NOSSA PRÓXIMA PERSONALIDADE INDÍGENA É SÔNIA GUAJAJARA.

Ela atua na política ativamente em defesa de diversas causas indígenas e possui um sério engajamento político nacional e internacional, como no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Conferências Mundiais do Clima (COP) e chegou a ser candidata a vice-presidência da república pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nas eleições de 2018, sendo a primeira indígena a compor uma chapa presidencial no Brasil.

Sônia atuou ainda como Coordenadora Executiva da Articulação dos povos Indígenas do Brasil (APIB) e entre outras causas, também está à frente na luta contra a ameaça da COVID-19 para os povos indígenas brasileiros. Em 2023 foi eleita Deputada Federal e tornou-se a primeira Ministra indígena do Brasil ao assumir o Ministério dos Povos Indígenas.

Em suas redes sociais, atua ativamente como comunicadora indígena e pode ser acompanhada em @guajajarasonia.



Figura 13. Sônia Guajajara em 2018. Fonte: <https://flic.kr/p/2a7q9fG>. Acesso em: 04 mar. 2022.

AGORA VEREMOS UM POUCO SOBRE KAKA WERÁ, UM RENOMADO ESCRITOR INDÍGENA, UM DOS PRECURSORES DA LITERATURA INDÍGENA NO BRASIL.

É autor de *O trovão e o vento* (2016), *Todas as vezes que dissemos adeus* (2002), *Tupã Tenondé* (2001), *A terra dos mil povos* (1998), *As fabulosas fábulas de Iauaretê* (2007) e *A águia e o colibri* (2019) e ainda colaborou na coleção *Tembetá*, citada anteriormente.

Atualmente empenha-se na formação de jovens lideranças, na difusão de saberes ancestrais e valores espirituais. Além de seus livros, também organiza retiros, seminários e cursos presenciais e onlines, no Brasil e no exterior. Seu trabalho pode ser acompanhado em @kaka.wera e também pelo site <https://www.kakawera.com/>.



Figura 14. Kaká Werá em 2014. Fonte: <https://flic.kr/p/ySXicf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

JÁ DANIEL MUNDURUKU É PROFESSOR E ESCRITOR.

Possui aproximadamente 56 livros publicados no Brasil e no exterior. Em sua trajetória acadêmica, Daniel graduou-se em Filosofia, História e Psicologia, fez mestrado e doutorado em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Entre os diversos livros de Daniel, destacamos *O Karaíba: uma história do pré-brasil* (2010), comentado no primeiro capítulo, *O banquete dos deuses* (2015), *Crônicas de São Paulo: um olhar indígena* (2004), *Sabedoria das águas* (2004), *O sinal do Pajé* (2003). São diversos livros, que podem ser consultados no site, <http://danielmunduruku.blogspot.com/>, que é organizado e mantido pelo próprio autor. Parte do trabalho de Daniel Munduruku também pode ser acompanhado em @danielmundurukuoficial.



Figura 15. Daniel Munduruku na Bienal do livro em Rio de Janeiro, 2013. Fonte: <https://flic.kr/p/fjxxxc>. Acesso em: 04 mar. 2022.

OUTRA IMPORTANTE PERSONALIDADE É O CACIQUE ROPNI METYKTIRE, CONHECIDO POPULARMENTE COMO RAONI, UMA DAS MAIORES LIDERANÇAS INDÍGENAS DO BRASIL.

Raoni foi protagonista de diversas lutas dos povos indígenas na Amazônia desde a década de 1970 e teve papel fundamental na demarcação de terras indígenas, na constituinte de 1987 e 1988.

Em sua trajetória, realizou diversas viagens internacionais, conquistando apoio político e financeiro para a demarcação de terras indígenas no Brasil e para a sensibilização da comunidade internacional sobre a preservação da Amazônia e das populações nativas.

Entre 14 e 17 de janeiro de 2020, organizou um encontro com aproximadamente 600 representantes de 45 povos indígenas do Brasil. O encontro resultou na publicação do *Manifesto de Piraçu – das lideranças indígenas e caciques do Brasil em Piraçu* (2020). Esse manifesto contém uma série de denúncias contra a política de genocídio, ecocídio e etnocídio que vêm sendo praticadas no Brasil. Nesse mesmo ano foi indicado ao Nobel da Paz. Outras informações podem ser acessadas em <https://institutoraoni.org.br/cacique-raoni/>.



Figura 16: Cacique Raoni Metyktire em 2018. Fonte: <https://flic.kr/p/MVPsC5>. Acesso em: 05 mar. 2022.



Figura 17. Raoni Metyktire e Sonia Guajajara no encontro em Piraçu. Fonte: <https://flic.kr/p/2iit4xN>. Acesso em: 05 mar. 2022.

DESTACAMOS AINDA JOÊNIA WAPICHANA, PRIMEIRA DEPUTADA INDÍGENA, UMA GRANDE REFERÊNCIA DAS MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA E UMA DAS PRIMEIRAS MULHERES A EXERCER A ADVOCACIA EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL.

Além de ser a primeira mulher indígena eleita Deputada Federal no Brasil, Wapichana foi, também, a primeira indígena advogada a realizar uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF), no processo de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Joênia possui uma longa trajetória na política, tendo atuado por 22 anos no departamento jurídico do Conselho Indígena de Roraima e participou por vezes do Conselho de Declaração dos Direitos Humanos da ONU, da qual ganhou o prêmio de Direitos Humanos em 2018, entre diversos outros prêmios conquistados através da luta pelos direitos dos povos indígenas. Mais informações podem ser acessadas em seu site <https://www.joeniawapichana.com.br/>, Joênia também atua ativamente em sua rede social em @joeniawapichana.



Figura 18. Joênia Wapichana enquanto Deputada Federal, em 2019. Fonte: <https://flic.kr/p/2hYXoGG>. Acesso em: 05 mar. 2022.

Por limitações de espaço, não será possível apresentar muitas outras representatividades indígenas da mesma forma, com uma breve biografia e uma foto.

Em seguida será apresentado outras representatividades, porém de forma mais breve. Essas brevíssimas citações tem o objetivo de fornecer informações para que você, leitor, possa se aprofundar e conhecer melhor essas lideranças.

Destacaremos brevemente, para posterior aprofundamento, alguns nomes a seguir:

A professora, mestre e doutoranda, **Célia Xakriabá**, eleita Deputada Federal em 2023, @celia.xakriaba. O advogado indígena do APIB, **Dr. Eloy Terena**, atua na luta por reconhecimento e efetivação dos direitos indígenas, pode ser acompanhado em @eloyterena. O prefeito **Marcus Xucuru**, do município Pesqueira, em Pernambuco, **Aléssia Pâmela Tuxá**, a primeira indígena Defensora Pública no Estado da Bahia. **Edson Kayapó Bepkro** é doutor em educação, escritor e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia @edsonkayapobepkro.

Até agora conhecemos diversas representatividades indígenas, sobretudo na política e educação. Muitos outros poderiam ser citados, mas infelizmente não há espaço suficiente e escolher somente alguns é uma ação difícil, mas necessária. Peço desculpas aos diversos representantes indígenas não citados neste tópico, assim como nos tópicos a seguir.

3.2 ARTE, ATIVISMO E COMUNICAÇÃO INDÍGENA

Agora, conheceremos outras representatividades de diferentes ramos de atuação, como na música, na comunicação e ativismo em redes sociais. Daremos destaque, ainda, para representatividades jovens, já que até agora vimos somente adultos e idosos.

DE INÍCIO, VAMOS SABER UM POUCO
SOBRE REPRESENTAÇÕES MUSICAIS DE
INDÍGENAS.

Vamos começar por **Kaê Guajajara**, cantora, arte educadora e atriz, vocês podem acompanhá-la em @kaekaekae. A seguir tem-se um trecho da música chamada *Mãos vermelhas* do álbum Uzaw, que pode ser ouvida no Youtube e Spotify.

Chamam de pardos pra embranquecer
Enfraquecer e desestruturar você
Pra não saber de onde veio.

E conta a história da bisa
da sua bisa que era índia
E não é branco, nem preto
nem indígena o suficiente
pelos fiscais de id
ninguém é ilegal em terra roubada...

Fonte: Kaê Guajajara, álbum *Uzaw*, música *mão vermelhas*, 2020.

Destaco o grupo de rap **Brô mcs**, um dos primeiros grupos indígenas de rap no Brasil. É formado por quatro indígenas dos povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Em 2022 vão se apresentar no evento Rock in Rio. Os mesmos podem ser acompanhados em @bromcsoficial, suas músicas podem ser acessadas no Youtube e Spotify.

Katú Mirim é outra rapper indígena, que pode ser acompanhada em @katumirim. Recentemente lançou um álbum intitulado *Revolta*, disponível no Youtube e Spotify. O trecho a seguir é da abertura do seu álbum *Sem silêncio*:

“Nasci na periferia do interior paulista, numa terra chamada Brasil. Mais tarde eu descobri que essa terra não se chamava Brasil, então eu também entendi quem eu era. Eu sou filha dessa terra chamada Pindorama...”

(Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Egjajj-dRI6g>)

Podemos perceber, de início, que Katú Mirim trata do reconhecimento de sua ancestralidade e da construção de sua identidade. Além disso, ao longo do álbum, é desenvolvido diversas críticas sociais ao processo de violência física e simbólica que os indígenas sofrem no Brasil.

AGORA, VAMOS CONHECER ALGUNS COMUNICADORES INDÍGENAS DA BAHIA.

O primeiro deles é **Tukumã Pataxó**, que produz conteúdos falando de temas diversos, desde vídeos com teor de comédia a sérias denúncias sobre violências e injustiças sofridas pelos povos indígenas. Tukumã é estudante da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e participa de podcasts, pode ser acompanhado em @tukuma_pataxo.

Alice Pataxó é outra comunicadora indígena da Bahia. Assim como Tukumã, produz conteúdos diversos, desde curiosidades sobre a cultura do seu povo até denúncias. Atualmente, é estudante da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e seus trabalhos podem ser acompanhados em @alice_pataxo.

Destaco ainda o cacique **Syratã Pataxó**, que é Presidente do Conselho de caciques do povo Pataxó. Pode ser acompanhado em @syrata_pataxo_ onde publica belíssimas fotografias de artesanatos, pinturas corporais, manifestações, danças e também faz denúncias sobre as violências contra os povos indígenas.

Camii Nuñees Pataxó (@camii_nunees_pataxo) é uma modelo indígena. Representa as lutas e beleza de mulheres indígenas e apresenta também muitos aspectos da arte indígena, como ornamentos e pinturas corporais.

Ainda na Bahia, cabe destacar **Wany Tuxá**, comunicadora, ativista e artista indígena. Wany é artesã, comunicadora e estudante da UFBA, em suas redes sociais apresenta curiosidades sobre seu povo, artes e denúncias. Ela pode ser acompanhada em @wany_tuxa.

Outra representatividade na Bahia é **Dinamam Tuxá** (@dinamam_tuxa), militante, advogado e coordenador executivo da APIB, em seu Instagram faz diversas divulgações sobre as lutas indígenas no Brasil.

Agora conheceremos outros comunicadores fora da Bahia, como o **Cristian Wariu**, do povo Xavante, em Mato Grosso. Cristian é comunicador e ativista. É um dos organizadores do podcast @coparente e produz conteúdos diversos, pode ser acompanhado em @cristianwariu.

Kauri Wajãpi (@daldeiaorei) é outro comunicador indígena que vem conquistando muitos seguidores. Ele produz, sobretudo, conteúdos de comédia, ironiza diversos preconceitos sobre os povos indígenas e contribui significativamente para desconstruí-los.

3.3 KUARUP

Kuarup é um ritual intercultural dos povos indígenas do alto Xingu de homenagem aos mortos ilustres. Como neste capítulo estamos tratando de representatividades indígenas, neste último tópico serão apresentadas representatividades vivas na memória, isto é, indígenas que não estão mais vivos em carne e osso, mas que deixaram esperança e orgulho e foram exemplos de lutas e resistências.

ESSE TÓPICO É UM KUARUP, OU SEJA, UMA CELEBRAÇÃO, UMA HOMENAGEM AOS GUERREIROS E GUERREIRAS INDÍGENAS QUE, MESMO MORTOS, VIVEM.

De início, lembremos do **Cacique Sacambuasu**, citado no primeiro capítulo, na carta de Juvenal Payayá, atual Cacique no povo Payayá, na Bahia. Em sua carta, Juvenal destaca a grandiosidade de Sacambuasu na luta pela defesa do território ancestral contra os colonos, de modo que, seus atos e valores ecoam na memória, servem de inspiração e dão força às lutas e resistências da atualidade contra as tentativas de etnocídio.

Da mesma forma, temos cacique Guarani Sepé Tiaraju, que liderou indígenas no sul do Brasil, durante a defesa de seus territórios contra Portugal e Espanha. Foi assassinado em 07/02/1756, tornando-se um símbolo da luta dos povos indígenas, vez que seu legado vive nas lutas dos povos indígenas da atualidade. A data de sua morte é celebrada como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas pela lei nº 11.696 de 2008. Sepé Tiaraju vive.

Mario Juruna foi o primeiro Deputado Federal indígena, com mandato entre 1983 e 1987. Mario se destacou como um grande defensor dos direitos indígenas. Em sua trajetória ficou muito popularizado pelo fato de carregar consigo um gravador que utilizava para registrar conversas com políticos e posteriormente expunha as mentiras contadas para ele, isto é, promessas políticas feitas e não cumpridas. Posteriormente, publicou o livro *O gravador do Juruna* (1982). Mario Juruna não conseguiu se reeleger e faleceu em 2002.



Figura 19. Deputado Federal Mario Juruna. Fonte: <https://flic.kr/p/tC9fe5>. Acesso em: 05 mar. 2022.

Recentemente, podemos destacar o artista indígena **Jaider Esbell**, escritor e artista do povo Macuxi. Jaider estava no auge da

carreira, quando faleceu em 2 de novembro de 2021. Recebeu o prêmio PIPA em 2016, esteve entre os melhores artistas de 2021 pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).

Suas produções, assim como outras informações sobre Jaider, podem ser acessadas no site disponível no link <http://www.jaideresbell.com.br/site/>.



Figura 20. Jaider Esbell e sua arte ao fundo, no lago de Ibirapuera em 2021. Fonte: <https://flic.kr/p/2mm7Dbv>. Acesso em: 05 mar. 2022.

No contexto de pandemia da COVID-19, é importante destacarmos a tragédia da morte do ancião **Akurá Juma**, último homem do povo Juma, em decorrência de complicações causadas pela COVID-19. Akurá era um guardião dos saberes ancestrais de seu povo e deixou três filhas que compõem as últimas integrantes do povo Juma, que antes já contou com uma população entre 12.000 e 15.000 pessoas.

Esse ocorrido revela aspectos da tragédia que o Brasil constituiu e constitui para as populações indígenas, num processo de etnocídio que segue em curso.

São incontáveis as lideranças indígenas que poderiam ser destacadas neste capítulo, infelizmente não há espaço para tanto.

No entanto, mesmo que os nomes não sejam destacados, a homenagem destina-se a todos os guerreiros e guerreiras que lutaram e que proporcionaram aos poucos o reconhecimento e a efetivação de direitos, assim como fôlego para as lutas das próximas gerações.

Este último tópico tem o objetivo de homenagear, mas também de denunciar as violências contra povos indígenas no Brasil. Nesse sentido foram destacados dados do **Relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil (2018)** do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

No estado de Mato Grosso do Sul, onde se tem complexos e violentos conflitos pela terra entre indígenas e fazendeiros, nos últimos 13 anos foram registrados 611 suicídios de indígenas, 1 a cada 7 dias, 14 lideranças indígenas foram assassinadas entre 2001 e 2018, entre 2015 a 2016 foram realizados 33 ataques paramilitares em comunidades indígenas nesse estado, em 2018 foram registrados 38 homicídios (CIMI, 2018).



Figura 21. Indígena Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul mostrando cartuchos de ataques de capangas de fazendeiros em 2011. Fonte: <https://flic.kr/p/asAVKR>. Acesso em: 06 mar. 2022.

Cabe destacar que em todo o Brasil, 2019 foi o ano em que mais lideranças indígenas foram mortas em pelo menos 11 anos, segundos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As mortes ocorreram em decorrência de conflitos no campo. São guerreiros que lutaram pela defesa de seus territórios, assim como o cacique Sacabuasu e Sepé Tiaraju, porém na atualidade

É conveniente citar um trecho da música *Mãos vermelhas* da Kaê Guajajara, destacada anteriormente, que diz:

[...] O Agro não é tech
Não é pop e também mata
Vestem rosa ou azul
Com as mãos manchadas de vermelho
Vejo meus filhos se perguntando
Se você os mata ou se eles se matam
Se você os mata
Ou se eles matam primeiro [...].

Fonte: Kaê Guajajara, álbum *Uzaw*, música *Mãos vermelhas*, 2020.

Esses contextos revelam que os fatos que comumente são ditos do passado, como a guerra entre não indígenas e indígenas, estão presentes na atualidade. Podemos entender o espaço temporal como um produto, mas também como produção, como resultado, como processo. Ou seja, o que ocorre hoje é resultado dos processos de colonização, um fato não acabado, isto é, que continua ocorrendo.

Cabe a toda a sociedade, indígena ou não, combater esses fatos e lutar pelo reconhecimento e efetivação de direitos dos indígenas.

Ao longo deste caderno conhecemos um pouco mais sobre a diversidade dos territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia. Aprendemos sobre ancestralidade e identidade, sobre terras indígenas e também conhecemos diversas representatividades indígenas de diferentes setores da sociedade. O ensino de cultura e história indígena e afro-brasileira é garantido pela

lei 11.645/2008. Essa lei torna obrigatório estudo de temas fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com a luta da população indígena e afro-brasileira pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos.

Este caderno faz parte dessa construção. Teve por objetivo valorizar a história indígena e a diversidade dos povos e territórios no Brasil e na Bahia. É esperado que auxilie na reflexão sobre uma sociedade justa e comprometida. Agradeço aos leitores e leitoras, muito Axé-toré para todo/as.



Para exercitar o aprendizado

- Procure conhecer melhor algumas das representatividades apresentadas neste capítulo. Acesse suas redes sociais ou sites, suas produções artísticas e ações políticas.
- Reflita sobre quantos escritores indígenas você conhece, quantas obras produzidas por indígenas você já leu, ou que músicos você ouviu, ou políticos, advogados, comunicadores. Se a resposta da sua reflexão for que você não conhece nenhum ou quase nenhum, talvez seja interessante você procurar conhecer mais da produção intelectual e artística dos povos originários.
- Converse com seus amigos (a)s próximos (a)s sobre as representatividades indígenas que ele (a) acompanha, conheça suas indicações e apresente algumas citadas neste capítulo.



Expectativa de aprendizagem

É esperado que você desperte sua curiosidade para seguir as indicações e conheça melhor sobre cada uma das personalidades apresentadas neste capítulo. Espero ter aguçado a sua curiosidade neste maravilhoso universo indígena e a partir disso você queira conhecer e valorizar cada vez mais os saberes e belezas desse universo.




CAPÍTULO 4

**APROFUNDAMENTO
DOS ESTUDOS**

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS

LIVROS



A marcha para o Oeste: *epopeia da expedição Roncador-Xingu* (2012). Esse livro de autoria dos irmãos Villas-Boas é um registro histórico da expedição Roncador-Xingu, responsável pelo contato e estabelecimento de relações políticas com aproximadamente 18 povos indígenas, criação de pistas de pouso, vilas, cidades e estradas. Grande parte do livro é construído a partir do diário dos irmãos durante a expedição e contém diversas situações, diálogos, histórias, conflitos, fotografias e etc. A obra proporciona um entendimento rico e detalhado sobre o “desbravamento” do sertão e o contato e criação de relações sociais com os indígenas do Xingu.

Vítimas do Milagre: *o desenvolvimento e os índios do Brasil* (1978). Esse livro escrito por Daivis H Shelton retrata o contexto em que políticas de integração econômica na Amazônia provocaram diversos conflitos sociais com os indígenas, que expuseram os indígenas a expropriação dos seus territórios, doenças, fome e exclusão social.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

As hiper mulheres: Esse filme trata da realização do Jamurikumalo, um ritual feminino das indígenas do alto Xingu que não era praticado há décadas. O ritual aconteceu novamente para que

uma idosa sábia pudesse transmitir seus ensinamentos para as mulheres das próximas gerações. Foi produzido em 2011 pelos diretores Takumã Kuikuro, Leonardo Sete e Carlos Fausto.

Xingu (2012): Este filme retrata a jornada dos irmãos Villas-Boas durante a expedição Roncador-Xingu, é apresentado o contato com diversos povos indígenas no processo de expansão da fronteira política e econômica no Estado, possibilitando visualizar a dimensão violenta e conflitiva típica da fronteira. Retrata também a luta pela criação do Parque indígena do Xingu. Foi lançado em 2012.

CURIOSIDADES

- Está sendo produzido um jogo brasileiro que tem como protagonista uma guerreira indígena. O jogo chama-se Araní, é uma aventura de uma indígena na Amazônia na luta para proteger seu povo de ameaças mitológicas.
- Recentemente foi lançada uma História em Quadrinho chamada *A alma de Caiu do Corpo*, do autor André Toral. Essa HQ reúne nove histórias ilustradas sobre a relação conflituosa entre indígenas e colonizadores, porém é dado destaque ao protagonismo indígena.
- Desde 2004 ocorre, em Brasília, o acampamento Terra Livre. O evento é responsável pelas maiores mobilizações indígenas



do país e reúne indígenas de todo o Brasil. Nesse evento os participantes desenvolvem manifestações para lutarem pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos (como o direito à terra, ambiente ecologicamente equilibrado, usufruto exclusivo do território, saúde e educação indígenas, entre outros), bem como para impedir que esses direitos sejam violados judicialmente.

- Em 19 de abril de todos os anos é comemorado o **Dia da Resistência indígena**.



ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Indígena segurando a Constituição na mão durante manifestação indígena em Brasília, 2018 18

Figura 2: Mulher indígena de braços abertos diante da polícia federal em manifestação em Brasília, 2017..... 19

Figura 3: Indígena com arco e flecha com policiais ao fundo em manifestação em Brasília, 2013..... 20

Figura 4: Pintura rupestre localizada na Chapada Diamantina no estado da Bahia21

Figura 5: Daniel Munduruku..... 22

Figura 6: Indígenas com pinturas corporais, ornamentos e flautas, em celebração, 201424

Figura 7: Maquinários fazendo derrubada e abertura para construção da Transamazônica em Altamira - PA em 1972.....29

Figura 8: Indígena com constituição de cabeça para baixo em manifestação indígena na luta por seus direitos em São Paulo, 2013..... 30

Figura 9: Distribuição espacial das terras indígenas no Brasil.....31

Figura 10: Placa empoeirada envolta de capim e próxima a uma cerca informa sobre a terra indígena Parakanã, no Pará em 2017..... 32

Figura 11: Distribuição espacial das terras indígenas na Bahia 32

Figura 12: Ailton Krenak em palestra, 2016 37

Figura 13: Sonia Guajajara em 2018 37

Figura 14: Kaká Werá em 2014.....38

Figura 15: Daniel Munduruku na Bienal do livro em Rio de Janeiro, 2013.....38

Figura 16: Cacique Raoni Metyktire em 2018.....39

Figura 17: Raoni Metyktire e Sonia Guajajara no encontro em Piaracu 39

Figura 18: Deputada Federal Joênia Wapichana em 2019 40

Figura 19: Deputado Federal Mario Juruna 42

Figura 20: Jaider Esbell e sua arte ao fundo, no lago de Ibirapuera em 2021..... 43

Figura 21: Indígena Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul mostrando cartuchos de ataques de capangas de fazendeiros em 201143

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valeria; et al. **Povos indígenas e a lei do “branco”**: o direito à diferença. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

CIMI. **Relatório de violência contra dos povos indígenas no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Os direitos do Índio ensaios e documentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda. **Marãñ Bödödi**: a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró. 2008. Tese (Doutorado em geografia) - Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-20102009-163712/pt-br.php>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GRAÚNA, Graça. Carta para meus ancestrais. In: XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane Lima. **Cartas para o bem viver**. Salvador: Boto-cor-de-rosa livro, 2020.

KRENAK, Ailton. História indígena e o eterno retorno. In: LIMA, Pablo Lauiz de Oliveira. **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afrobrasileira**: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG. 11. ed. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2019.

MOISES, Beatriz Perrone. **Terras indígenas na legislação colonial**. v.95, p. 107-120, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67457>. Acesso em: 13 maio 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar**: Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

PAYAYÁ, Juvenal. Para o cacique Sacambuasu. In: XUCURU-KARIRI, Rafael; COSTA, Suzane Lima. **Cartas para o bem viver**. Salvador: Boto-cor-de-rosa, 2020.

POTIGUARA, Eliane: Identidade e voz indígenas. **Revista Filosofia Capital**. v. 2, p. 72-85, 2007. Disponível em: <http://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/viewFile/53/47>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. v.1, p. 175-206, 2009. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. Elias. Castro; GOMES, Paulo. Cesar. Costa; CORRÊA, Roberto. Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

VILLAS BÔAS, Cláudio; VILLAS BÔAS, Orlando. **A marcha para o Oeste**: epopéia da expedição roncador-Xingu. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Malhas territoriais**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 maio 2020.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Terras indígenas**. 2019. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 19 set. 2020.

QGIS Development Team. QGIS Geographic Information System 2.18.0. Open Source Geospatial Foundation Project.

JESUS, Nauk Maria de. A guerra justa contra os Payaguá (1ª metade do século XVIII). **História em reflexo**. v. 1 p. 1-17. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2998890-a-guerra-justa-contra-os-payagu%C3%A1-1%C2%AA-metade-do-s%C3%A9culo-xviii. Acesso em: 08 mar. 2022.



COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florença Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



